

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.395 - GO (2020/0273334-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MARIA APARECIDA RODRIGUES DE JESUS
ADVOGADOS : GUILHERME WELINGTON BORGES DE LIMA -
GO035197
GENEIANNE BERTUNES DE ALMEIDA FREIRE -
GO031408
AGRAVADO : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO
DPVAT SA
ADVOGADO : JACÓ CARLOS SILVA COELHO - GO013721

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MARIA APARECIDA RODRIGUES DE JESUS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. SURGIMENTO DA PRETENSÃO DA COMPANHEIRA APÓS RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. MORTE DA VÍTIMA. NEXO CAUSAL NÃO COMPROVADO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. PREQUESTIONAMENTO. 1. Em se tratando de indenização decorrente de seguro DPVAT, a prescrição é trienal (Súmula 405 do STJ). 2. Nos termos do enunciado 14 da jornada de direito civil, "o início do prazo prescricional ocorre com o surgimento da pretensão, que decorre da exigibilidade do direito subjetivo". Dessa feita, tem-se que a pretensão da autora em pleitear indenização do seguro DPVAT somente nasceu com o reconhecimento judicial da união estável mantida com o segurado, de forma que o marco inicial do prazo prescricional nesta hipótese é a data do trânsito em julgado da sentença que reconheceu a união estável. Afasta-se, pois, a incidência da prescrição. 3. Para receber a cobertura securitária, deve-se comprovar: o sinistro (acidente automobilístico); o dano (morte); e, por fim, o nexo de causalidade entre eles. 4. Na espécie, não estabelecido o liame entre a morte da vítima e o acidente automobilístico narrado na inicial, cujo ônus da prova competia à parte autora, a improcedência do pleito securitário é medida que se impõe. 5. O julgador não precisa esmiuçar todos os dispositivos legais indicados pela parte, bastando que demo

nstre as razões de seu convencimento, sendo certo que o imprescindível é a análise, pelo órgão jurisdicionado, de toda a matéria aventada no recurso. 6. Considerando o novo deslinde dado a causa, para reconhecer a improcedência do pleito inicial, caberá à parte autora, ora apelada, responder pela verba sucumbencial (art. 85 do CPC). APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E PROVIDA. SENTENÇA REFORMADA.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 5º da Lei n. 6.194/74, no que concerne à ação de cobrança do seguro DVPAT, trazendo os seguintes argumentos:

Da análise dos autos, verifica-se que a Recorrente buscou o recebimento da verba indenizatória na esfera administrativa em 09/04/2013, (onde colacionou aos autos B.O e Laudo Cadavérico), portanto em virtude da negativa administrativa, não há falar que não houve nexo de causalidade, pois há comprovação nos autos administrativos e os autos judiciais. Por mais que não foi juntado aos autos o Boletim de Ocorrências, comprobatório do acidente de trânsito o mesmo fora juntado no processo Administrativo, juntamente com Laudo Cadavérico nos próprios autos, onde há a comprovação da relação do acidente com a morte (fl. 177).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, alega dissídio jurisprudencial, no que concerne ao artigo de lei apontado como violado.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Todavia, muito embora seja incontroverso o falecimento do Sr. João em 10/02/2013, a autora/apelada não logrou êxito em comprovar o nexo de causalidade entre o óbito e o acidente de trânsito.

Isso porque, o único documento apresentado pela autora/apelada foi a certidão de óbito da vítima que registra como causa da morte o "traumatismo raquimedular cervical" (evento nº 01 -arquivo 11).

Ressalte-se que não foi acostado aos autos qualquer documento comprobatório de acidente de trânsito que ensejasse o falecimento da vítima, não há sequer Boletim de Ocorrência e não consta na certidão de óbito qualquer relação entre a morte e o suposto acidente.

Ora, os danos pessoais sofridos por quem reclama indenização do

seguro DPVAT devem ser efetivamente "causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga", nos termos do art. 2º, da Lei n. 6.194/74.

A comprovação da ocorrência do sinistro é imprescindível, seja por meio de Certidão do Corpo de Bombeiros ou do SAMU, ou ainda da Polícia Militar ou Rodoviária Federal, ou por Boletim de Ocorrência, conforme alegado pela apelante.

In casu, tem-se apenas a palavra da autora/apelada e a certidão de óbito da vítima, não sendo possível ligar a morte do Sr. João ao alegado acidente de trânsito.

Sendo assim, não restando demonstrado que a morte de João Donizete da Silva decorreu de acidente automobilístico, cujo ônus da prova competia à autora/apelada (artigo 373, inciso I, CPC), impende reconhecer a ausência do nexo de causalidade, o que afasta o dever da ré/apelante de indenizar (fls. 130-131).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o acolhimento da pretensão recursal demandaria o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "Ir além do arcabouço fático delineado pelo Tribunal estadual para verificar, no caso concreto, a comprovação ou não do nexo de causalidade, demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é vedado pelo enunciado da Súmula 7 do STJ." (AgInt no REsp 1.403.785/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe 21/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, verifica-se que a pretensão da parte agravante é de ver reconhecida a existência de dissídio jurisprudencial, que tem por objeto a mesma questão aventada sob os auspícios da alínea "a", que, por sua vez, foi obstaculizada pelo enunciado da Súmula n. 7/STJ.

Quando isso acontece, impõe-se o reconhecimento da inexistência de similitude fática entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido: "A jurisprudência desta Corte firmou-se no

Superior Tribunal de Justiça

sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ também impede o conhecimento do recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade fática entre os paradigmas apresentados e o acórdão recorrido". (AgInt no AREsp 1.402.598/RS, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, DJe de 22/5/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.521.181/MT, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019; AgInt no AgInt no REsp 1.731.585/SC, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 26/9/2018; e AgInt no AREsp 1.149.255/SP, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 13/4/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente